



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CONCURSO PÚBLICO
Edital n. 01/2007 – ALMG

PROCURADOR
Código 201

CADERNO 1
ORIENTAÇÕES PARA A PROVA DISCURSIVA

1. Este caderno contém as orientações para a Prova de Conhecimentos Específicos do Cargo e da Especialidade acima registrados, prova esta composta de **8 (oito) questões discursivas**.
2. Preencha com cuidado, **A TINTA**, o talão de identificação que se encontra no **Caderno 2** da Prova Discursiva:
 - transcreva o seu número de inscrição;
 - escreva seu nome em letra de forma;
 - assine no lugar apropriado;
 - escreva o número do seu Documento de Identidade.
3. **NÃO SE IDENTIFIQUE NAS FOLHAS DE RESPOSTAS DA PROVA DISCURSIVA.**
4. A prova que apresentar qualquer sinal ou que contiver expressão que possibilite a identificação do candidato **será anulada** e a ela se atribuirá a nota **0 (zero)**.
5. Ao finalizar, entregue o caderno da Prova Discursiva contendo a folha de identificação e suas respostas ao aplicador.

Atenção: **não destaque** a folha de identificação.
6. Ao término do tempo previsto para a duração da prova, o envelope contendo as folhas de identificação e as respostas dos candidatos será devidamente lacrado.

SÓ ABRA QUANDO AUTORIZADO.

TEMPO TOTAL DE DURAÇÃO DA PROVA: QUATRO HORAS.



Fundação de
Desenvolvimento
da Pesquisa

INSTRUÇÕES

1. Leia cuidadosamente as questões e responda-as com caneta de **tinta azul** ou **preta**, letra **legível**, no **Caderno 2** da Prova Discursiva, observando a numeração de cada questão e a quantidade de linhas solicitada.
2. A versão definitiva das respostas ou a sua transcrição (caso tenham sido feitas em rascunho) deverá ser registrada no espaço próprio do **Caderno 2** que contém a folha de identificação.
3. O valor total dessa prova é **120 (cento e vinte) pontos**, sendo o valor de cada questão **15 (quinze) pontos**. Na sua correção, será considerada a observância da norma padrão da língua portuguesa nos termos previstos no item 15.2 do Edital.

TABELA VII - INOBSERVÂNCIA DA NORMA PADRÃO

Item 7, subitem 7.5.2 do Edital.

Itens	Desconto (por erro)
Ortografia (inclusive acentuação gráfica) (O)	Até 0,5 ponto
Sintaxe (regência, concordância, colocação pronominal) (S)	Até 1,0 ponto
Pontuação (P)	Até 0,5 ponto
Estruturação de Período – coerência e coesão (EP)	Até 1,0 ponto
Propriedade de Vocabulário (PV)	Até 0,5 ponto

TABELA VIII – LIMITES DE DESCONTO (adaptado)

Item 7, subitem 7.5.3 do Edital.

Cargo/Especialidades	Limite máximo de desconto por erros decorrentes da inobservância da norma padrão da Língua Portuguesa
Analista Legislativo:	20 (vinte) pontos
Procurador	

[...]

Prova Discursiva

Questão 01

Antero Queiroga, funcionário efetivo e estável do quadro de uma autarquia do Município X, é eleito Vice-Prefeito do referido Município, cuja Lei Orgânica prevê que o Vice-Prefeito desempenhará as atribuições que lhe forem conferidas em lei. Há lei municipal prevendo para o Vice-Prefeito a competência genérica de auxiliar o Prefeito na gestão política do Município, naquilo que lhe for demandado pelo Chefe do Executivo.

Cumprindo horário de seis horas diárias na autarquia, entende Antero que se revela compatível o exercício do cargo e das atribuições de Vice-Prefeito em que ele acumula as funções, bem assim a remuneração de servidor e o subsídio de Vice-Prefeito.

Considerando que a Constituição do Estado e a Lei Orgânica do Município nada prevêm sobre a matéria, **RESPONDA**: está juridicamente correta a acumulação? **EXPLIQUE**.

ATENÇÃO – A resposta a ser elaborada deve conter um *máximo* de **12 linhas**.

Questão 02

Em um órgão da Administração Pública, foi realizada licitação para compra de certos bens. O procedimento licitatório ocorreu nos termos legais até a classificação dos licitantes. Depois disso, soube-se que existia estoque dos mesmos bens no almoxarifado do órgão administrativo, sendo desnecessária a compra. Deseja-se, então, não mais realizar o contrato.

A Administração consulta-o, então, desejando saber o seguinte:

- 2.1 se há obrigação de firmar o contrato com o primeiro colocado;
- 2.2 caso não haja essa obrigação, como deve proceder a Administração para não realizar o contrato.

ATENÇÃO – A resposta a ser elaborada deve conter um *máximo* de **35 linhas**.

Questão 03

O direito positivo brasileiro acolheu a figura do *regulamento autônomo*? Por quê?

ATENÇÃO – A resposta a ser elaborada deve conter um *máximo* de **35 linhas**.

Questão 04

O Supremo Tribunal Federal, não sem alguma divergência, tem decisões admitindo o controle de constitucionalidade dos atos do processo de elaboração de leis. É o caso do Mandado de Segurança n. 22.503-3/DF.

RESPONDA as seguintes indagações:

- 4.1. quem tem legitimidade para propor a cabível medida judicial?
- 4.2. qual o fundamento constitucional para assegurar a referida legitimidade?
- 4.3. de qual argumento principiológico se pode lançar mão para vedar o exame da matéria de caráter *interna corporis* e do que trata tal matéria em vista da situação em tela?

ATENÇÃO – A resposta a ser elaborada deve conter um **máximo de 12 linhas**.

Questão 05

Suponha a lei estadual LA, a qual contraria a Constituição da República. Tal lei revogou a lei estadual LB, que, igualmente, contraria a Lei Maior.

Em vista disso, **RESPONDA**:

- 5.1 caso o Supremo Tribunal Federal declare, em tese, a inconstitucionalidade da LA, assegurando o efeito *ex tunc* à sua decisão, a LB volta a produzir efeitos?
JUSTIFIQUE.
- 5.2 em caso afirmativo, que nome se atribui a esse fenômeno e por quê?
- 5.3. em caso afirmativo, qual o cuidado que o autor da ação direta de inconstitucionalidade deve tomar para que a LB não volte a produzir efeitos?

ATENÇÃO – A resposta a ser elaborada deve conter um **máximo de 12 linhas**.

Questão 06

Tomando por base os dispositivos da Constituição da República de 1988 e, ainda, as normas da Constituição do Estado de Minas Gerais que produzem seus efeitos regulares, **COMPARE** as prerrogativas do Presidente da República com as prerrogativas do Governador do Estado, no que tange à prática de infrações penais comuns, seja em função do exercício do mandato, seja por atos estranhos ao exercício do mandato. **DISTINGA** as situações ao elaborar a sua resposta.

ATENÇÃO – A resposta a ser elaborada deve conter um **máximo de 12 linhas**.

Questão 07

A partir de 1990, o Código de Processo Civil começou a passar por uma série de alterações.

ESCOLHA três dessas modificações e **RELACIONE** cada uma delas justificadamente com pelo menos um dos princípios informativos do procedimento (não do processo), segundo a doutrina de Humberto Theodoro Júnior.

ATENÇÃO – A resposta a ser elaborada deve conter um *máximo* de **20 linhas**.

Questão 08

O Deputado estadual A, da tribuna do plenário da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, profere críticas à atuação do senhor B à frente de uma das Secretarias de Estado, atribuindo-lhe ineficiência. Sentindo-se ofendido, B avia Ação Ordinária de Indenização por Danos Morais contra A perante uma das Varas Cíveis da Comarca de Belo Horizonte. A, em contestação, alega preliminar de incompetência absoluta, pois, por ser deputado estadual, só poderia ser processado no âmbito do Tribunal de Justiça e, se assim não fosse, a competência em 1º grau de jurisdição só poderia ser de uma das Varas da Fazenda Pública Estadual. Também em preliminar alega impossibilidade jurídica do pedido em face da imunidade material. O juiz designa a audiência de que trata o art. 331 do CPC e, frustrada a conciliação, em sede de saneamento do processo, por entender que a incompetência deveria ser articulada mediante Exceção em peça apartada, espanca a preliminar. Diz, ainda, que a matéria relativa ao reconhecimento da imunidade parlamentar é de mérito, devendo ser examinada somente na sentença.

Considerando o acima exposto, **RESPONDA** as seguintes questões, **JUSTIFICANDO** suas respostas.

- 8.1 Quem seria competente para processar o pedido do Autor: a vara cível, a vara da fazenda pública estadual, ou o Tribunal de Justiça?
- 8.2 A imunidade material é tema de preliminar ou de mérito? Caso seja de preliminar, esta seria de impossibilidade jurídica do pedido ou de outra prevista no Código de Processo Civil? Caso seja de mérito, é ônus do Réu demonstrar que se encontrava no exercício do mandato?
- 8.3 A incompetência deveria ser articulada em peça apartada ou como preliminar na contestação?

ATENÇÃO – A resposta a ser elaborada deve conter um *máximo* de **30 linhas**.

